



PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

PÉROLA D'OESTE - ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva, 290 - Caixa Postal 01- 85.740-000 – Fone/fax:0xx46-3556 1223
Home Page: <http://www.peroladoeste.pr.gov.br> - E-mail: gabinete@peroladoeste.pr.gov.br

LEI Nº 1010/2016.

DATA: 29 de março de 2.016.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a ceder em forma de Concessão de Direito Real de Uso, Imóvel com benfeitorias de propriedade do Município de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte, **LEI**

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a ceder em forma de **CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO**, o seguinte imóvel, com benfeitorias:

I – IMÓVEL: Lote 23-A da Gleba 20-PO, localizado nas Proximidades da rodovia BR 163, entre as propriedades do Sr. Teófilo Domanski e do Sr. Valdir Funguetto, no perímetro urbano do município de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, com área de 48.400m² (quarenta e oito mil e quatrocentos metros quadrados), com as seguintes confrontações: **NORTE:** Por linhas secas e retas, confronta com os lotes nºs 23 e 22, ambos da mesma gleba; **LESTE:** Por linhas secas sucessivas, confronta com o lote nº 24, da mesma gleba; **SUL:** Pela Água da Pérola, confronta com o lote nº 25, da mesma gleba. **OESTE:** Por linhas secas e retas, confronta com o lote nº 23, da mesma gleba.

II – BENFEITORIAS EXISTENTES: Sobre o referido imóvel encontram-se edificadas as seguintes benfeitorias: um Barracão Industrial (Construção de 03 edificações) de 1.262,89 m², e um escritório (construção de 02 edificações) de 330,63m², com Padrão de Energia Elétrica Trifásica 3/50 Amperes, e ponto de água, construído no Lote 23-A da Gleba 20-PO com área de 48.400m² (quarenta e oito mil e quatrocentos metros quadrados), cujas benfeitorias fazem parte da concessão de que trata a presente lei.

Art. 2º. A Concessão de Uso de que trata a presente lei, fundamenta-se no Art. 13 da Lei Orgânica Municipal e as normas e exigências para a Concessão do **Lote 23-A da Gleba 20-PO**, incluindo o **Barracão Industrial e Escritório**, serão fixadas no Edital de Licitação e concretizadas na celebração de Contrato Administrativa e/ou Escritura Pública de Concessão de Direito Real de Uso;

§ 1º. A Concessão que trata o *caput* deste artigo, será efetivada através de licitação modalidade concorrência, tipo “maior preço”, a qual será regida pela Lei nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores, cujo valor mínimo da concessão será de 10 (dez) UFM (Unidade Fiscal Municipal) nesta data correspondente a R\$ 334,90 (trezentos e trinta e quatro reais e noventa centavos) mensais, corrigido anualmente de acordo com a variação da UFM (Unidade Fiscal Municipal).

I – O preço da concessão foi fixado pela Comissão Municipal de Avaliação, nomeada pelo Decreto nº 04/2014, de 28/01/2014.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

PÉROLA D'OESTE - ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva, 290 - Caixa Postal 01- 85.740-000 – Fone/fax:0xx46-3556 1223
Home Page: <http://www.peroladoeste.pr.gov.br> - E-mail: gabinete@peroladoeste.pr.gov.br

Art. 3º - Deverão ainda obrigatoriamente constar no Edital de Licitação as seguintes obrigações, a serem impostas à empresa vencedora da concorrência de que trata o artigo anterior:

I. Manter e desenvolver suas atividades regular e ininterruptamente, facultando inicialmente o prazo de carência de 180 (cento e oitenta dias) para início das atividades da mesma.

II. Gerar no mínimo 30 (trinta) empregos diretos e mais 30 (trinta) empregos indiretamente, no prazo de 01 (um) ano, sendo necessário apresentar comprovação do compromisso.

III – O investimento no imóvel incluindo obras de adequação, máquinas e equipamentos deverão ser superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). O prazo para os investimentos, e devida comprovação dos investimentos serão de 06 (seis) meses;

IV) Obter e demonstrar através dos respectivos relatórios contábeis, faturamento anual não inferior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais).

V. Zelar pela conservação e manutenção de todo o imóvel, prédio instalações e jardins, e conservação de todo o patrimônio das avarias derivadas pelo uso e desgaste do tempo;

VI. Providenciar a cobertura de seguro contra qualquer dano ou sinistro;

VII. Denunciar à CONCEDENTE todo e qualquer defeito ou avaria estrutural do barracão;

VIII. Permitir à CONCEDENTE toda e qualquer vistoria do patrimônio em Cessão Real de Uso, sempre que este solicitar.

IXI. Acatar todas as normas do Poder Público bem como os relatórios emitidos pelo órgão municipal e quando necessário for obter a anuência do Poder Legislativo.

X. Que todos os melhoramentos feitos nos Barracões serão incorporados ao mesmo, e em caso de reversão ao Patrimônio, não cabe indenização a CONCESSIONARIA.

XI. evitar quaisquer causas de poluição, atendendo a todas as normas de proteção ambiental, mesmo em caso de alteração ou ampliação das atividades a que se refere o artigo 3º desta lei;

XII) No Contrato Administrativo e/ou Escritura Pública de Concessão de Direito Real de Uso, deverá constar impreterivelmente cláusula de intransferibilidade sem a prévia anuência do município.

Art. 4º. Fica vedado a CONCESSIONÁRIA, sem expresse e formal consentimento do CONCEDENTE, sob pena de imediata rescisão contratual:

I - Transferir o presente contrato, e por consequência o objeto, seja no seu todo ou em parte, mesmo a empresa do próprio grupo;

II - Ceder ou locar, a qualquer título, o patrimônio mesmo parcialmente e, inclusive, a empresa do próprio grupo;

III - Utilizar o imóvel para fins residenciais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

PÉROLA D'OESTE - ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva, 290 - Caixa Postal 01- 85.740-000 – Fone/fax:0xx46-3556 1223

Home Page: <http://www.peroladoeste.pr.gov.br> - E-mail: gabinete@peroladoeste.pr.gov.br

Art. 5º. Considerar-se-á rescindido a Cessão de Uso de que trata a presente Lei, para todos os efeitos, devendo o patrimônio ser devolvido nas mesmas condições em que foi recebido, dispensada interpelação judicial quando:

I - Vencer o prazo contratual;

II - A **CONCESSIONÁRIA**, suspender as atividades, sem considerações de motivos, pelo prazo de 06(seis) meses, consecutivos ou não;

III - Em caso de dissolução ou falência;

IV - Infringir qualquer dos compromissos elencadas nas cláusulas quarta e quinta.

V - Por interesse público e necessidade do Concedente;

Art. 6º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a inserir no Edital de Licitação – Modalidade Concorrência Pública, outras cláusulas garantidoras que entender conveniente para perfeita garantia e execução do contrato de concessão de uso.

Art. 7º. O prazo da Concessão será de 20 (vinte) anos, renovável por igual período através de termo aditivo, e mediante autorização legislativa, sendo extinta a concessão se a Empresa deixar de cumprir a finalidade a que se destina.

Art. 8º. A Concessão destina-se à empresa com finalidade de exploração no ramo Industrial.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos vinte nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.


Alcir Valentim Pigoso
Prefeito Municipal

PUBLICADO	
JORNAL	JORNAL DE BELTRÃO
EDIÇÃO Nº	5.910 PAG. 4A
DATA:	30. 03.2016

PUBLICADO	
JORNAL	DIOEMS
EDIÇÃO Nº	1072 PAG. 1 e 2
DATA:	30.03.2016